

Processo nº. : 10845.001598/92-31  
Recurso nº. : 79.341  
Matéria: : IRF ANO DE 1987  
Recorrente : SOCIEDADE TUBOS INDUSTRIAS LEX LTDA.  
Recorrida : DRJ EM SANTOS - SP  
Sessão de : 08 DE JULHO DE 1997  
Acórdão nº. : 108-04.370

**DECORRÊNCIA** – Aos processos decorrentes é de ser dada a mesma decisão do processo matriz, quando não se encontra qualquer nova questão de fato ou de direito.

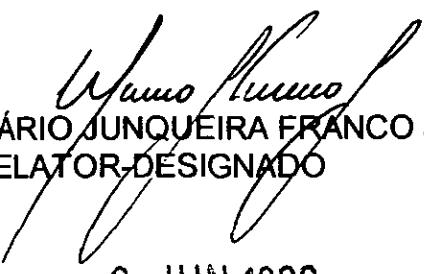
Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SOCIEDADE TUBOS INDÚSTRIAIS LEX LTDA.:

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencido o Conselheiro José Antonio Minatel (Relator), que votou pelo não provimento do recurso. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Mário Junqueira Franco Júnior.



MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE



MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR  
RELATOR-DESIGNADO

FORMALIZADO EM: - 8 JUN 1998

RECURSO DA FAZENDA NACIONAL Nº RP/108-0.146

Processo nº. : 10845.001598/92-31

Acórdão nº. : 108-04.370

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI, JORGE EDUARDO GOUVÊA VIEIRA, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA. Ausente, justificadamente, o Conselheiro NELSON LÓSSO FILHO.

Processo nº. : 10845.001598/92-31  
Acórdão nº. : 108-04.370

Recurso nº. : 79.341  
Recorrente : SOCIEDADE TUBOS INDÚSTRIAIS LEX LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado contra a Recorrente, para exigência do Imposto de Renda incidente na fonte, na forma do art. 8º do Decreto-lei nº 2.065/83, por decorrência de outro lavrado por força da legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, através do processo administrativo nº 10845.001596/92-13, onde se apurou, através do procedimento denominado de auditoria de produção, que a autuada adquiriu insumos desacompanhados das notas fiscais de compras, o que caracteriza omissão de receitas pela utilização de recursos mantidos à margem da contabilidade.

O lançamento foi impugnado pela petição de fls. 23/26 onde reproduziu as mesmas alegações ofertadas no processo principal.

Sobreveio a decisão de primeiro grau (fls. 37/38), pela qual a autoridade julgadora manteve integralmente o crédito tributário lançado, fundamentando-se no princípio da decorrência, uma vez que também foram mantidos os lançamentos do IPI e do IRPJ decorrente.

Cientificada da decisão em 07.07.93, interpôs recurso voluntário que foi protocolizado em 09.08.93, em cuja petição de fls. 41/42 limitou-se a pleitear o sobrerestamento do julgamento do presente litígio, para que possa acompanhar a decisão a ser proferida no processo principal, também objeto de recurso ao 2º Conselho.

  
É o Relatório.

VOTO VENCIDO

Conselheiro JOSÉ ANTONIO MINATEL - Relator

Recurso dotado dos pressupostos de admissibilidade, pelo que dele tomo conhecimento.

Conforme consta do relato, a matéria fática já foi objeto de exame pela Colenda 3<sup>a</sup> Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, oportunidade em que, acompanhando voto do ilustre relator CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI, que hoje integrar esta Câmara, deliberou-se à unanimidade confirmar a omissão de receitas que propiciou a aquisição de insumos não contabilizados, negando-se provimento ao recurso relativo à exigência do IPI, conforme faz prova o Acórdão nº 203-02.650 juntado às fls. 52/54.

Dispondo o art. 8º do Decreto-lei nº 2.065/83 que a receita omitida na pessoa jurídica é considerada automaticamente distribuída aos sócios, e tributada na fonte pela alíquota de 25%, e sendo este lançamento mera decorrência dos fatos apurados naquele processo, sem qualquer outra objeção passível de ser apreciada neste autos, adoto as conclusões daquele *decisum*, para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto no presente processo, pela estreita relação de causa e efeito.

Sala das Sessões - DF, em 08 de julho de 1997

  
JOSE ANTONIO MINATEL  
RELATOR



Processo nº. : 10845.001598/92-31  
Acórdão nº. : 108-04.370

V O T O V E N C E D O R

Conselheiro MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, Relator designado.

Trata-se de processo decorrente para a exigência do IRF.

Ousei discordar do nobre Conselheiro Relator no processo matriz. Pelos mesmos motivos lá destacado renovo o pedido de vênia para aqui também fazê-lo.

Ao processos decorrentes aplica-se a decisão acordada no matriz quando não se encontra qualquer nova questão de fato ou de direito.

Isto posto, dou provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 08 de julho de 1997

MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR  
RELATOR-DESIGNADO